



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

Concurso Público

002. PROVA OBJETIVA (Conhecimentos Específicos)

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental – APPGG-1

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO GOVERNAMENTAL

- 01.** A respeito da logística em serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão a respeito da centralização ou descentralização de estoque baseia-se na análise de mão de obra envolvida na política.
 - (B) A baixa visibilidade da demanda dos serviços pressupõe um processo de fluxo empurrado, acionado diretamente pelo cliente.
 - (C) Produtos que demandam condições especiais de armazenagem devem ter seus estoques minimizados e centralizados.
 - (D) A produção de vacinas para doenças de baixa incidência funciona numa lógica de produção para estoque.
 - (E) A avaliação sobre disponibilidade interna de mão de obra determina a decisão a respeito da internalização ou não de recursos humanos.
- 02.** Gestão de logística no serviço público é considerada atividade
- (A) de aquisição de bens para o setor público.
 - (B) voltada a cortar custos e garantir a eficiência dos serviços públicos.
 - (C) de entrega de produtos para a população.
 - (D) administrativa, gerenciada e implementada pela área meio da organização.
 - (E) voltada a garantir direitos e acesso cumprindo legalidade.
- 03.** Com base no Planejamento Estratégico Situacional, é correto afirmar que o
- (A) objeto planejado contém atores com comportamentos previsíveis e controláveis.
 - (B) governante lida com soluções abertas ao conflito.
 - (C) poder não é um recurso escasso.
 - (D) planejamento tem por referência o desenho de um contexto previsível.
 - (E) sujeito e o objeto planejado são independentes.
- 04.** Assinale a alternativa que representa a concepção atual da Prefeitura de São Paulo sobre o processo de descentralização via subprefeituras.
- (A) Tem como base a centralização orçamentária e de recursos humanos, voltada a padronizar a atuação das subprefeituras.
 - (B) Deve ser implementada a partir de caráter técnico, voltada ao aprimoramento da prestação de serviços.
 - (C) Tem como fundamento o fortalecimento da atuação das subprefeituras enquanto zeladorias para atendimento ao cidadão.
 - (D) Privilegia a descentralização das obras e ações de infraestrutura e a centralização das políticas sociais.
 - (E) Tem como fundamento o aprimoramento da participação e do controle social, aproximando a gestão dos cidadãos.
- 05.** Assinale a alternativa que classifica corretamente os indicadores a seguir segundo seus tipos:
- I. Custo médio do produto;
 - II. Tempo médio de atendimento;
 - III. Grau de cobertura do serviço.
- (A) I – Eficácia; II – Eficácia; III – Eficácia.
 - (B) I – Eficiência; II – Efetividade; III – Eficácia.
 - (C) I – Eficiência; II – Eficácia; III – Efetividade.
 - (D) I – Eficiência; II – Eficiência; III – Eficácia.
 - (E) I – Eficiência; II – Eficiência; III – Eficiência.
- 06.** A gestão por competências é
- (A) um instrumento voltado a promover eficiência, produtividade e redução de custos nas organizações públicas.
 - (B) um instrumento operacional que pode ser traduzido pela ideia de gestão por desempenho.
 - (C) uma ferramenta gerencial que envolve processos como seleção, promoção e avaliação de desempenho.
 - (D) um instrumento operacional que avalia conhecimentos e habilidades dos indivíduos e sua relação com as equipes.
 - (E) uma atividade administrativa conduzida pelo setor de recursos humanos das organizações.

- 07.** A avaliação de desempenho adotada pela Prefeitura de São Paulo é
- (A) uma ferramenta gerencial estratégica para acompanhar o desenvolvimento das ações com foco nos resultados do trabalho.
 - (B) um instrumento com duas dimensões de avaliação, individual e institucional, sendo a primeira realizada pelos pares, e a segunda, pelas metas organizacionais.
 - (C) um instrumento vinculado à política de bonificação por resultados, cujo valor de remuneração é concedido de forma igualitária a todos os servidores.
 - (D) um instrumento com duas dimensões, individual e grupal, cuja aplicação é realizada pelo superior imediato dos indivíduos.
 - (E) um instrumento operacional utilizado para proposição da remuneração dos servidores municipais.
- 08.** A literatura sobre coordenação aponta três diferentes mecanismos: hierarquia, mercado e redes. Sobre esses mecanismos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os governos não têm capacidade de alterar ou influenciar mecanismos de mercado.
 - (B) A hierarquia é baseada nas dimensões técnicas da organização e das relações entre atores.
 - (C) Os mecanismos de redes são baseados em confiança e compartilhamento de valores.
 - (D) O mecanismo de mercado é rígido por ser baseado em contratos formais.
 - (E) As organizações devem optar por um tipo de mecanismo para promover a coordenação.
- 09.** Há, atualmente, novos arranjos institucionais em operação no governo federal brasileiro, definidos como o conjunto de regras, mecanismos e processos que determinam como se coordenam os atores e interesses na implementação de uma política específica. A respeito desses novos arranjos institucionais, assinale a alternativa correta.
- (A) Os novos arranjos têm tido sucesso em institucionalizar: práticas participativas, a dimensão territorial das políticas e mecanismos de formulação e implementação intersetoriais.
 - (B) Os novos arranjos institucionais são voltados a introduzir, na gestão pública brasileira, os princípios do *New Public Management*.
 - (C) A análise dos novos arranjos institucionais demonstra que tem havido uma homogeneidade nas políticas conduzidas pelo governo federal no Brasil, buscando reduzir a desigualdade entre municípios.
 - (D) Há uma grande heterogeneidade nos novos arranjos institucionais, que tentam incorporar questões como intersetorialidade, participação social e relações federativas.
 - (E) Os novos arranjos institucionais têm avançado em dimensões como aumento da eficiência e corte de custos das políticas públicas brasileiras.
- 10.** Ao longo dos últimos anos, novas práticas e modelos de gestão têm sido adotados por vários países. Uma dessas práticas é a Gestão Orientada a Resultados, ou Gestão por Resultados,
- (A) que é um modelo de gestão de pessoas voltado à bonificação por metas alcançadas.
 - (B) que considera a mensuração de esforços pouco relevante, visto que o foco deve estar na efetividade.
 - (C) cuja adoção pressupõe a utilização de instrumentos formais de contratualização de resultados.
 - (D) cujo objetivo é promover alinhamento dos esforços organizacionais para alcance dos resultados desejados.
 - (E) que foi criada no âmbito da reengenharia e é utilizada no nível estratégico das organizações.
- 11.** A adoção do modelo de governança tem sido identificada em vários países ocidentais nos últimos anos. A respeito desse modelo, é correto afirmar que
- (A) a ideia e os modelos de governança nascem como consequência do fortalecimento da atuação e presença do Estado.
 - (B) governança é a gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor.
 - (C) governança é um conjunto de operações construídas para criar condições para a interação entre Estado e movimentos sociais.
 - (D) a ideia de governança pode ser traduzida pela participação social formal nas instâncias reconhecidas pela Lei Orgânica do Município.
 - (E) governança pode ser definida como a promoção de políticas intersetoriais, envolvendo diferentes secretarias do Município.

12. Assinale a alternativa que é corretamente adequada aos princípios, aos objetivos e às características do modelo de qualidade em serviços públicos.
- (A) A preocupação em satisfazer o cliente, no setor privado, é baseada no interesse, enquanto, no setor público, essa preocupação tem que ser alicerçada no dever.
 - (B) A gestão da qualidade, no serviço público, é uma dimensão técnica e não política, que requer liderança da burocracia em seu desenvolvimento.
 - (C) Os modelos de gestão da qualidade, no serviço público, requerem a construção de práticas padronizadas e homogêneas de atendimento a todos os cidadãos.
 - (D) O objetivo da gestão da qualidade no serviço público é garantir atendimento a normas e procedimentos.
 - (E) Os instrumentos e modelos de gestão da qualidade são únicos e dizem respeito tanto a serviços públicos como a serviços privados.
13. Assinale a alternativa correta a respeito da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011).
- (A) O Tribunal de Contas da União é responsável por monitorar a implementação da Lei nas organizações.
 - (B) Estão submetidas à LAI as organizações não governamentais que receberem recursos públicos.
 - (C) A Lei foi criada estritamente para as organizações do Poder Executivo.
 - (D) Os prazos para respostas às demandas são definidos pelas próprias organizações.
 - (E) O solicitante de informações públicas deve justificar o motivo da solicitação.
14. Governo aberto é entendido como conjunto de ações articuladas de transparência, participação, inovação e integridade nas políticas públicas e
- (A) tornou-se obrigatório a partir da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
 - (B) o princípio da integridade diz respeito à ética no uso e na gestão dos dados governamentais.
 - (C) incentiva investimento em tecnologia para promover participação, consulta a informações e acesso a serviços.
 - (D) prega que as decisões públicas devem ser realizadas via canais virtuais.
 - (E) suas ações dizem respeito à disponibilização de informações e não à prestação de serviços.
15. A respeito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa correta.
- (A) O PPA estrutura ações de Estado para quatro anos e orienta processos anuais via LDO e LOA.
 - (B) O PPA, a LDO e a LOA são instrumentos de planejamento orçamentário criados no Decreto Lei nº 200/67.
 - (C) O PPA norteia a elaboração da LOA que, por sua vez, norteia a elaboração da LDO.
 - (D) O PPA é lei proposta pelo poder legislativo a cada quatro anos.
 - (E) O PPA é instrumento de planejamento correspondente aos mandatos governamentais.
16. Assinale a alternativa correta sobre o uso do poder de compras pelo Estado.
- (A) No uso do poder de compras pelo Estado, a administração pública abre mão do princípio da isonomia em prol da geração de desenvolvimento sustentável.
 - (B) A construção da estratégia de compras públicas é atividade administrativa desenvolvida pela área operacional de compras.
 - (C) A estratégia de compras do Estado deve se voltar à aquisição pelo menor custo, visando à eficiência como princípio último das compras públicas.
 - (D) Na adoção do uso do poder de compras pelo Estado, há uma ponderação entre redistribuição e eficiência, de forma que o uso do poder de compras pode se transformar em instrumento redistributivo.
 - (E) A adoção de ferramentas voltadas ao uso do poder de compras, amplamente disseminadas no setor privado, não pode ser aplicada no poder público devido às restrições legais impostas pela Lei nº 8.666/93.
17. A respeito do modelo de planejamento *Balance Scorecard* (BSC), é correto afirmar que
- (A) o conhecimento e a inovação são seus princípios fundamentais, de forma que o mapa estratégico deve conter objetivos voltados a inovações e gestão do conhecimento em todas as áreas das organizações.
 - (B) tanto em organizações públicas como em privadas, o foco desse modelo é promover uma visão sistêmica da organização, reconhecendo que os diversos fatores afetam a consecução da estratégia, cujo foco central é o desempenho financeiro da organização.
 - (C) as perspectivas, ou dimensões, adotadas nesse modelo variam de organização para organização e são fruto de uma escolha baseada em um processo de reflexão que identifique o que é coerente à organização e a seu contexto.
 - (D) é um instrumento criado em contexto empresarial, mas que vem sendo traduzido para a gestão pública, e tem como foco promover a gestão das operações das organizações.
 - (E) foi desenvolvido como sistema de planejamento mais aderente a um contexto de mudanças, de forma que se baseia em leituras assentadas intensamente em séries históricas, considerando que o desempenho pretérito orienta a estratégia.

- 18.** Assinale a alternativa que corretamente reflete sobre o processo de mudança organizacional no setor público.
- (A) O processo de mudança organizacional requer reflexão neutra e distanciada da organização, de forma que deve envolver atores externos, especializados em conduzir processos de mudança.
 - (B) A mudança pode ser vista como um processo de aprendizagem organizacional que acontece constantemente em graus variados de sentido e intenção e, portanto, de rearranjos de formas e conflitos.
 - (C) O processo de mudança das organizações é realizado a partir de alterações das práticas de trabalho e das estruturas organizativas.
 - (D) A estabilidade existente no serviço público, tanto do corpo funcional como da estrutura legal e normativa, diminui a necessidade de promover mudanças organizacionais.
 - (E) No processo de mudança organizacional, os gestores devem evitar resistências que são necessariamente negativas às alterações organizacionais.
- 19.** O Brasil, nos últimos anos, pós-Constituição Federal de 1988, passou a experimentar um conjunto de experiências voltadas ao aumento da participação social. Já se demonstra que há uma gama bem diversa de experiências que variam em termos de seus desenhos, do grau de institucionalização e dos resultados que promovem. De forma geral, no entanto, demonstra(m)-se como resultado(s) concreto(s) das experiências de participação em curso:
- (A) redução de custos de transação e garantia da heterogeneidade de interesses nas decisões tomadas pelo poder público.
 - (B) envolvimento de mais atores no processo decisório e, assim, eliminação de pontos de veto.
 - (C) aceleração dos processos decisórios, reduzindo custos de transação para o poder público.
 - (D) promoção de decisões mais efetivas tomadas com maior rapidez pelo poder público em discussão com atores privados.
 - (E) heterogeneidade de atores envolvidos no processo decisório e contribuição para antecipação da contestabilidade.
- 20.** Nos últimos anos, a administração pública brasileira tem construído formas alternativas de compras públicas, baseadas em princípios como sustentabilidade e desenvolvimento econômico, entre outros. Sobre esses novos modelos de compras públicas, é correto afirmar que
- (A) na lógica das compras sustentáveis, acredita-se que a oferta economicamente mais vantajosa deve ser determinada com base nos custos econômicos do produto.
 - (B) na lógica das compras públicas voltadas à aquisição de produtos e serviços de micro e pequenas empresas, o custo real de um produto para o Estado corresponde ao preço de compra pago por ele.
 - (C) as compras públicas são processos normativos em busca do menor preço, tendo como base a competição do mercado.
 - (D) as políticas de aquisição de produtos e serviços de micro e pequenas empresas baseiam-se na lógica das compras como política pública com objetivo de gerar emprego formal e estimular atividade econômica.
 - (E) a licitação sustentável é uma solução importante para as questões ambientais, no entanto aumenta o gasto do Estado e do contribuinte.
- 21.** Os processos de reforma do Estado vivenciados por vários países nas últimas décadas trouxeram à tona o tema da reestruturação organizacional com a adoção de novos modelos, como a estrutura matricial, a gestão por processos, a estrutura em redes, entre outros. A respeito desses processos de reestruturação, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão por processos é o modelo ideal para políticas intersetoriais que envolvam mais de uma secretaria municipal.
 - (B) A adoção da gestão matricial pressupõe reestruturação organizacional para junção ou eliminação de áreas.
 - (C) A gestão em redes é o modelo mais adequado para políticas com resultados padronizados.
 - (D) A gestão matricial pressupõe alocar um conjunto de pessoas, por tempo indeterminado, para realização de um determinado projeto.
 - (E) A gestão matricial tem abrangência estratégica e é voltada à integração de esforços intra ou interorganizacionais.

22. É correto afirmar que a *accountability*

- (A) destina-se a avaliar as ações do poder executivo nas três esferas de governo, ou seja, municípios, estados e governo federal.
- (B) pode ser definida como o grau com o qual os cidadãos podem monitorar e avaliar as ações das organizações.
- (C) é voltada a avaliar organizações de todos os poderes, mas seus processos são de responsabilidade dos órgãos de controle.
- (D) pode ser vista de forma bidimensional, sendo que a *accountability* vertical pressupõe uma ação entre desiguais, enquanto a *accountability* horizontal é a relação entre os iguais e, portanto, dos *checks and balances*.
- (E) vertical destaca, como principais integrantes, as eleições, a atuação da mídia e dos órgãos de controle sobre as prestações de contas. Já na *accountability* horizontal, estão presentes as reivindicações sociais e a atuação do judiciário.

23. A respeito dos novos modelos de provisão de serviços públicos, é correto afirmar que

- (A) a coprodução de serviços considera o envolvimento de atores públicos, sociais e privados no processo de formulação, produção e/ou avaliação de serviços públicos.
- (B) o modelo da coprodução de serviços tem como pressuposto que a responsabilização dos cidadãos por parte dos serviços trará como principal ganho a redução de custos.
- (C) a seleção de organizações sociais responsáveis pela provisão de serviços públicos deve ser feita pelo ente governamental competente, por meio de licitação.
- (D) concessão de serviço público é o instrumento por meio do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome e sob remuneração direta do Estado.
- (E) a provisão de serviços via contratualização com organizações sociais tem como instrumento o contrato de gestão e objetiva, entre outras coisas, flexibilizar a gestão e o processo de compras, utilizando as regras próprias da administração pública direta.

24. Diversas organizações públicas vêm desenvolvendo sistemas de monitoramento para acompanhamento do desempenho organizacional. A adoção dos sistemas, no entanto, pressupõe um conjunto de decisões e especificidades.

Assinale a alternativa que representa corretamente as características e escolhas a respeito dos sistemas de monitoramento em organizações públicas.

- (A) A escolha por objetivos de monitoramento ou por indicadores determina como o planejamento e o desempenho serão acompanhados.
- (B) Os sistemas de monitoramento são construídos para acompanhar o atingimento de metas relacionadas ao impacto.
- (C) O monitoramento da execução orçamentária é suficiente para o acompanhamento da execução das ações governamentais.
- (D) O acompanhamento dos processos e atividades é voltado para verificar os resultados alcançados pela organização.
- (E) Existem métodos ideais para monitorar o planejamento, e, portanto, os sistemas de monitoramento são diretamente decorrentes das definições sobre o planejamento.

25. Com relação à adoção de sistemas de monitoramento por organizações públicas, é correto afirmar que

- (A) o sistema que tem como unidade de monitoramento as organizações garante uma gestão com foco nos cidadãos.
- (B) devem ser alimentados e geridos por equipes centralizadas com *expertise* em questões operacionais do sistema.
- (C) o monitoramento analítico, focado nas ações prioritárias da organização, é mais adequado para ambientes instáveis.
- (D) quanto mais complexo o sistema, maior sua facilidade e contribuição para gestão do desempenho organizacional.
- (E) a disponibilidade das informações para alimentar esses sistemas pode influenciar na periodicidade dos processos decisórios.

- 26.** Com relação ao processo de contratualização realizado pelos entes públicos, é correto afirmar que
- (A) é uma prática que tem como foco mensurar a produtividade e a eficiência das organizações, baseada em maior detalhamento da prestação de contas financeiras das organizações contratualizadas.
 - (B) é uma prática que estimula produtividade e eficiência e é voltada a mensurar o atingimento dos resultados pactuados e a performance organizacional.
 - (C) é um instrumento que pode ter nomes variados, como acordos de resultado, contrato de gestão ou termos de parceria, e é voltado ao processo de publicação da administração pública.
 - (D) sua adoção requer três etapas: negociação, construção do instrumento e gerenciamento dos contratos, e tem como foco do contrato a mensuração do impacto das políticas.
 - (E) é um instrumento criado no contexto da Reforma do Estado e voltado à elaboração de contratos entre organizações estatais e privadas.
- 27.** A respeito dos sistemas de controle existentes no Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) O papel do controle interno é garantir a legalidade nas ações dos governantes e é exercido pelos Tribunais de Contas e pela Controladoria.
 - (B) Cabe ao controle social acompanhar o processo de elaboração do planejamento, e, ao controle institucional, o acompanhamento da execução das despesas públicas.
 - (C) Os controles têm como objetivo examinar se a atividade governamental cumpriu a legalidade no desenvolvimento de suas atividades.
 - (D) O controle social, exercido pela sociedade, é um complemento ao controle institucional, exercido pelos órgãos fiscalizadores.
 - (E) O controle social é exercido pela participação ativa da sociedade nos conselhos de políticas públicas.
- 28.** Sobre Inovação em Serviços Públicos, é correto afirmar que
- (A) consiste na introdução de tecnologia de informação no atendimento e na prestação de serviços.
 - (B) pode ser traduzida como o processo de criar, desenvolver e fornecer produtos novos aos contribuintes.
 - (C) há diferentes tipos, como a inovação em produtos, em comunicação, organizacional e em processos, e elas são induzidas por vetores internos e externos às organizações.
 - (D) há vários tipos de inovação em serviços públicos, sendo a inovação na forma de comunicação com os usuários a mais relevante e incidente.
 - (E) há diferentes tipos de processos de inovação, sendo a inovação incremental a que ocorre nos serviços públicos.
- 29.** Assinale a alternativa correta sobre o conceito de Metas, um dos conceitos centrais do planejamento estratégico.
- (A) A meta é o instrumento de mensuração do desempenho organizacional via uso de sistemas de monitoramento.
 - (B) Meta é a descrição qualitativa daquilo que se pretende alcançar, desdobrado a partir dos objetivos organizacionais.
 - (C) As organizações devem optar pela construção de metas no nível estratégico ou no nível operacional.
 - (D) As metas são a determinação dos resultados previstos para os indivíduos na organização.
 - (E) Desdobramento de metas é o processo de alinhamento entre os componentes estratégicos, táticos e operacionais das organizações.
- 30.** Sobre o sistema de controles da Prefeitura de São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) Os controles dos municípios brasileiros, incluindo os da Prefeitura de São Paulo, são exercidos pela Controladoria Geral da União (CGU).
 - (B) A Prefeitura de São Paulo investiu na construção de uma controladoria com atuação setorial e desvinculada dos demais órgãos para garantir privacidade nas auditorias.
 - (C) Os controles municipais são de função da Ouvidoria Geral do Município, que realiza processos de transparência ativa.
 - (D) A prefeitura de São Paulo investiu na construção de uma controladoria que coordena ações de auditoria, ouvidoria, corregedoria e integridade de dados.
 - (E) Os controles da Prefeitura de São Paulo são exercidos pelo Tribunal de Contas do Município, órgão do executivo responsável por garantir correto uso dos recursos.

ECONOMIA

31. São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,
- (A) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
 - (B) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
 - (C) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
 - (D) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
 - (E) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.
32. Em uma escola municipal, não há mensalidades. Entretanto há um número limite de vagas que deve ser respeitado, caso contrário o efeito será a queda na qualidade do ensino. Nesse caso, o ensino fornecido aos alunos é um bem
- (A) semipúblico.
 - (B) público.
 - (C) rival, mas não excludente.
 - (D) privado.
 - (E) superior.
33. É um exemplo de externalidade negativa o custo
- (A) de renovação da frota pública de veículos.
 - (B) das passagens de ônibus.
 - (C) da poluição gerada pelos carros.
 - (D) gerado pela construção do metrô.
 - (E) da fiscalização do trânsito.
34. Com relação à Economia Brasileira na primeira década do século XXI, é correto afirmar que
- (A) o saldo em transações correntes foi positivo.
 - (B) a carga tributária é superior à de países como França e Dinamarca.
 - (C) a taxa de inflação foi superior a 10% ao ano.
 - (D) a pobreza aumentou consideravelmente.
 - (E) o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) teve como objetivo central investimentos em infraestrutura.
35. Em um determinado ano, a dívida total do governo era R\$ 1 bilhão, sobre a qual se pagavam juros de 10%, e a inflação foi de 2%. Se, no ano seguinte, o resultado primário permaneceu o mesmo, mas a inflação aumentou para 3% e a taxa de juros para 12%, o *deficit* operacional, aproximadamente,
- (A) aumentou R\$ 10 milhões.
 - (B) aumentou R\$ 20 milhões.
 - (C) diminuiu R\$ 20 milhões.
 - (D) diminuiu R\$ 10 milhões.
 - (E) permaneceu o mesmo.
36. Entre os objetivos do Plano de Metas, estava
- (A) o combate à inflação.
 - (B) a redistribuição de renda.
 - (C) a melhoria da infraestrutura.
 - (D) a modernização da agricultura.
 - (E) a estabilização cambial.
37. A partir da década de 1980, vários planos de estabilização foram tentados, e uma das ferramentas usadas foi o congelamento de preços, que só deixou de ser usado no Plano
- (A) Bresser.
 - (B) Verão.
 - (C) Cruzado.
 - (D) Real.
 - (E) Collor.

38. A política de defesa do setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão

- (A) foi uma reação ao protecionismo americano.
- (B) representou um fomento da renda nacional.
- (C) fazia parte de uma política de substituição de importações.
- (D) foi inspirada na Teoria Geral de Keynes.
- (E) foi contrária às políticas implementadas pelo Instituto do Café nos anos 20, que mantiveram o equilíbrio entre oferta e demanda.

39. Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as reformas institucionais realizadas no governo Castelo Branco, é correto afirmar que

- (A) extinguiram a correção monetária.
- (B) a estabilidade no emprego foi instituída para quem tinha mais de dez anos de trabalho.
- (C) foram precipitados pelo choque do Petróleo.
- (D) tiveram condições externas favoráveis, o que levou a uma folga de liquidez em seu início.
- (E) o choque de preços de insumos básicos produzidos por empresas estatais tinha como objetivo restringir a capacidade de investimento de tais empresas.

40. Uma das características principais do Regime de Metas de Inflação é que

- (A) aumenta a transparência da política monetária por meio da comunicação com o público e o mercado.
- (B) a estabilidade dos preços não deve ser o único objetivo da política monetária, que deve procurar um equilíbrio entre estabilidade e emprego.
- (C) somente os agregados monetários e a taxa de câmbio devem ser levados em conta ao estabelecer os instrumentos para o alcance da meta.
- (D) a meta não deve ser divulgada publicamente.
- (E) diminui a responsabilidade do Banco Central com o alcance da meta, uma vez que ela será compartilhada com outras esferas de governo.

41. O que inicia e constitui realmente qualquer sociedade política nada mais é senão o assentimento de qualquer número de homens livres e capazes de maioria em se unirem e incorporarem a tal sociedade. E isto, e somente isto, deu ou poderia dar origem a qualquer governo no mundo.

(John Locke, *Dois Tratados sobre o Governo*. Adaptado)

John Locke foi um importante filósofo inglês do século XVII. Esse trecho, destacado de um dos textos do autor, discute um aspecto fundamental da ciência política contemporânea, o conceito de

- (A) conflito.
- (B) dominação.
- (C) hegemonia.
- (D) soberania.
- (E) legitimidade.

42. É preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder.

(Montesquieu, *O Espírito das Leis*. Adaptado)

A afirmação de Montesquieu, filósofo iluminista francês do século XVIII, indica uma importante característica das democracias contemporâneas, expressa corretamente na ideia de

- (A) dissociação do poder soberano e sua partição com base nas três funções fundamentais do Estado – a legislativa, a executiva e a judiciária.
- (B) pertencimento a uma comunidade política nacional, com direitos e deveres comuns e responsabilidades sobre os poderes constituídos.
- (C) controle do território por um governo amparado por um sistema legal e com capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas.
- (D) autoridade do governo sobre uma área com fronteiras claras, dentro da qual ele representa o poder supremo e soberano.
- (E) autodeterminação dos povos baseada no direito natural das nações que compartilham uma origem, uma cultura e uma língua comuns.

43. Para o intelectual alemão Max Weber, a expansão da burocracia é inevitável nas sociedades modernas; a auto-riedade burocrática é a única forma de lidar com as exigências administrativas dos sistemas sociais de larga escala.

(Anthony Giddens, *Sociologia*. Adaptado)

De acordo com Weber, a burocracia surgiu como uma

- (A) reação dos antigos funcionários das cortes europeias, no esforço de resposta aos processos de modernização associados às revoluções burguesas.
 - (B) consequência do processo de secularização, em que a modernidade passou a ser desprovida dos fundamentos religioso e metafísico.
 - (C) resposta racional e eficiente à medida que as tarefas ganharam complexidade, o que levou ao avanço dos sistemas de controle e gerenciamento.
 - (D) exigência da classe burguesa ascendente em relação aos Estados modernos, com o objetivo de otimizar e tornar mais eficientes os gastos do Estado.
 - (E) necessidade de reafirmação do poder estatal frente ao avanço do poder privado, no momento de consolidação do Estado moderno e formação do capitalismo.
44. Na batalha entre keynesianos e neoliberais, os defensores da economia da “Era de Ouro” (1945-1973) não foram muito bem-sucedidos. Isso se deu em parte porque eles eram limitados por seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem-estar e com a política de consenso do pós-guerra.

(Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*. Adaptado)

A partir da leitura do trecho, é correto afirmar que uma das razões da crise do Estado de Bem-estar social foi o fato de que essa política

- (A) contrariava os interesses daqueles que defendiam a intervenção do Estado na economia, diante do receio de que a falta de investimento público pudesse desaquecê-la, gerando desemprego e recessão.
- (B) adotou medidas consideradas excessivamente liberais pela base social dos partidos de centro-esquerda, o que desgastou o apoio popular a esses partidos e impediu a continuidade das políticas.
- (C) não contemplava os interesses de imigrantes e minorias étnicas que habitavam os países das economias centrais do capitalismo, o que evidenciou os limites e as ambiguidades das políticas sociais.
- (D) viveu um esgotamento causado pela crescente hegemonia do pensamento liberal, originada nos anos 1930, o que levou à desconstrução das ações sociais capitaneadas pelo Estado.
- (E) esteve espremida entre as demandas do capital e do trabalho, quando a economia não mais permitia que o lucro e a renda do trabalho aumentassem igualmente sem interferir um no outro.

45. Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa.

(Eric J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*)

No contexto apresentado, sobre as influências britânica e francesa, respectivamente, é correto reconhecer

- (A) a produção de bens de capital como atribuição exclusiva do Estado; e a oferta de direito político pleno apenas aos trabalhadores urbanos e aos proprietários em geral.
 - (B) a produtora de um modelo de organização econômica balizada pelas ferrovias e fábricas; e a oferta do primeiro exemplo, do conceito e do vocabulário do nacionalismo.
 - (C) a concepção econômica de que a riqueza deve ser dividida igualmente entre o campo e a cidade; e a difusão do ideal de igualdades jurídica e econômica dos cidadãos.
 - (D) o estabelecimento de um padrão econômico baseado na circulação de mercadorias de valor agregado alto; e a difusão do sufrágio universal e do Estado forte.
 - (E) as inversões de capitais que resultaram em autonomia econômica das ex-colônias americanas; e a ideia do Estado intervencionista para as relações entre as classes sociais.
46. Na segunda metade do século XIX, foram concluídos os processos de unificações da Itália e da Alemanha. Sobre esses processos, é correto afirmar que
- (A) a unificação alemã foi decorrência direta da ação diplomática do Império Austríaco, interessado em um aliado forte na Europa Central, enquanto o evento italiano recebeu o decisivo apoio da França de Napoleão III.
 - (B) a experiência italiana contou com o fundamental apoio das forças populares organizadas em partidos e sindicatos, enquanto o comando político da unificação na Alemanha esteve nas mãos da elite da Baviera.
 - (C) as duas unificações ocorreram a partir de projetos liderados pelas respectivas monarquias, com o comando, na Itália, do Reino do Piemonte-Sardenha e, na Alemanha, da Prússia.
 - (D) nos dois espaços, a direção política para a efetivação da unidade nacional esteve com as elites agrárias das regiões mais pobres, caso do Reino das Duas Sicílias, na Itália, e da Saxônia, na Alemanha.
 - (E) a construção da nação alemã foi forjada a partir dos acordos assinados no Congresso de Viena, e, no caso italiano, a unificação dependeu das articulações do papa Pio IX, interessado em uma Itália forte.

47. O fascismo afirmou-se através da:

- criação e valorização de um forte aparato verbal e um conservadorismo de fundo, mitigado por uma série de concessões sociais de tipo assistencial;
- criação e valorização de um forte aparato militar.

(Renzo de Felice, *Explicar o fascismo*. Adaptado)

É correto, ainda sobre o fascismo, caracterizá-lo como um regime político

- (A) das elites econômicas, organizado a partir dos conselhos populares e que prescindia de partidos ou movimentos políticos.
- (B) tradicionalista, aprimorado nas relações de solidariedade entre todos os trabalhadores e governantes e apoiado no liberalismo econômico.
- (C) nacional-popular, defensor da igualdade econômica e da supremacia dos povos originários das civilizações da Antiguidade.
- (D) revolucionário, essencialmente anticapitalista e sustentado pela mística do dirigente político da nação como objeto da escolha divina.
- (E) de massa, baseado na ordem do partido único, além de fundamentado no controle das fontes de informação e propaganda.

48. Entre as incertezas dos primeiros anos do período pós-Revolução de 1930, o governo definiu, com segurança, a política do estabelecimento de um novo tipo de relações entre o Estado e a classe operária.

(Boris Fausto. In: Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em perspectiva*. Adaptado)

Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório (1930-1934), no tocante às “relações entre o Estado e a classe operária”,

- (A) promulgou uma diretriz legal para a formação de sindicatos de empregados e patronais com princípios liberais, proibiu associações de trabalhadores formadas por estrangeiros e regulamentou o salário mínimo regional.
- (B) criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliação e Julgamentos, decretou disposições acerca do horário de trabalho no comércio e na indústria, além das primeiras regulamentações dos sindicatos.
- (C) instituiu o salário mínimo para todos os trabalhadores do campo e da cidade, proibiu o trabalho fabril para as mulheres e estabeleceu uma legislação sindical que beneficiou os sindicatos sob a hegemonia dos reformistas.
- (D) instituiu uma ampla legislação trabalhista para atender as reivindicações dos principais sindicatos, incentivou a imigração de italianos e espanhóis para compor a mão de obra industrial e criou o instituto da pluralidade sindical.
- (E) publicou um decreto estabelecendo a liberdade sindical, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas, regulamentou detalhadamente o trabalho relacionado com o homem do campo e promoveu a reforma agrária.

49. A ideia de participação social, própria das democracias modernas, pressupõe que os conselhos de política cultural sejam consultivos e deliberativos. Para tanto, devem propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais, a partir das diretrizes emanadas das Conferências de Cultura. A tarefa de propor e formular deve resultar em um Plano Municipal de Cultura de médio e longo prazos, feito pelo órgão de cultura em conjunto com o Conselho de Política Cultural e com a colaboração dos fóruns da sociedade civil. Com o Plano em mãos, fica mais objetiva a tarefa de monitorar e fiscalizar a execução dos programas, projetos e ações culturais.

(Brasil. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura, *Guia de Orientação para os Municípios*, 2012)

Além de definir as atribuições de um Conselho Municipal de Política Cultural, o Guia de Orientação para os Municípios pergunta como deve ser a composição desse Conselho, que, segundo o Ministério da Cultura,

- (A) deve ser demarcada pelas disposições constitucionais de 1988 e pelo conceito amplo de cultura e, dessa forma, contar com a presença dos segmentos artísticos, dos setores ligados à economia da cultura, dos movimentos sociais de identidade, como os que representam as etnias, as identidades sexuais e as faixas etárias, assim como dos representantes de circunscrições territoriais e de instituições não governamentais ligadas aos temas da cultura.
- (B) deve ser orientada pelo Estatuto da Cidade e pelo Código Brasileiro de Cultura, buscando a escolha de uma representação paritária entre o poder público e a iniciativa privada, com a ação mediadora da representação do Poder Judiciário, com o encorajamento da indicação de candidaturas de nomes importantes no meio cultural das comunidades locais, caso dos artistas amadores e profissionais e das personalidades ligadas à educação.
- (C) precisa atender às determinações da ampla e detalhada legislação sobre política pública cultural, apontando, dessa maneira, para a presença de pessoas com notório saber, que tenham reconhecidos destaques na vida intelectual e artística da comunidade, assim como as principais autoridades municipais relacionadas com a preservação das tradições locais e das entidades privadas e públicas organizadas para a defesa do patrimônio histórico.
- (D) necessita obedecer aos princípios delimitados pela Lei Orgânica do Município e, ao mesmo tempo, ao Plano Nacional de Educação, privilegiando representantes das associações e sindicatos de produtores, artistas e técnicos dos vários setores da cultura, assim como deve garantir espaço para os especialistas em cultura, condição dos educadores, filósofos, sociólogos e antropólogos, e para os especialistas em patrimônio artístico-arquitetônico.
- (E) necessita da direção dos princípios presentes no Fundo Nacional de Cultura e no Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, procurando a eleição de pessoas relacionadas com a chamada cultura tradicional, conforme o conceito construído pelo IPHAN; e, nesse sentido, é fundamental a escolha de estudiosos de folclore, história local, de literatura, além das principais autoridades ligadas aos órgãos municipais de educação e cultura.

50. A Constituição brasileira de 1988, embora com alguns importantes senões, acabou consagrando as teses e tradições nacional-estatistas com um viés favorável às demandas dos trabalhadores e das chamadas classes populares.

(Daniel Aarão Reis, *Ditadura e democracia no Brasil*. Adaptado)

Entre as marcas da Constituição de 1988 que confirmam a afirmação feita no trecho citado, é correto identificar

- (A) o fim do imposto sindical, até então descontado obrigatoriamente de todos os trabalhadores.
- (B) a jornada de trabalho de, no máximo, quarenta horas e o pagamento em dobro das horas extras.
- (C) a inclusão da hipótese de desapropriação sem indenização das terras improdutivas para a reforma agrária.
- (D) a formulação dos direitos sociais, apresentados como “direito de todos e dever do Estado”.
- (E) a exclusão de todas as formas de participação política dos militares na vida republicana.

POLÍTICAS PÚBLICAS

51. O modelo racional e o modelo incremental se diferenciam porque

- (A) o primeiro define as metas de acordo com critérios técnicos, e o segundo define as metas de acordo com critérios sociais.
- (B) o primeiro se aplica à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, e o segundo se aplica apenas à implementação das políticas públicas.
- (C) o primeiro define o problema de forma completa, e o segundo define e redefine o problema ao longo do processo.
- (D) o primeiro considera todas as alternativas de políticas, e o segundo considera as melhores alternativas.
- (E) o primeiro avalia as alternativas de forma comparada, e o segundo avalia as alternativas de acordo com as metas a serem alcançadas.

52. No conceito de racionalidade limitada, as limitações à racionalidade devem-se aos fatores:

- (A) organizacionais (como o ambiente organizacional) e individuais (como as emoções).
- (B) organizacionais (como a disponibilidade de informações e de tempo) e individuais (como a cognição).
- (C) individuais (como as preferências) e organizacionais (como a hierarquia).
- (D) econômicos (como a efetividade) e individuais (como os valores).
- (E) individuais (como a memória) e econômicos (como a eficiência).

53. Segundo a teoria dos múltiplos fluxos, a mudança na agenda ocorre quando há convergência entre

- (A) oportunidades, decisão de lideranças e apoio político.
- (B) difusão de ideias, debate de alternativas e decisão política.
- (C) identificação de um problema, tomada de decisão e implementação eficiente.
- (D) tomada de decisão, construção de apoio político e apoio popular.
- (E) reconhecimento de um problema, identificação de alternativas e construção de apoio político.

54. De acordo com a teoria do equilíbrio pontuado, as políticas públicas

- (A) mudam quando o equilíbrio é quebrado por alterações abruptas no monopólio das imagens e nas instituições.
- (B) mudam abruptamente, por meio de alterações no monopólio das imagens e nas instituições.
- (C) sofrem mudanças incrementais e mudanças de grande escala, dependendo da emergência de mudanças nas imagens e nas instituições.
- (D) mudam incrementalmente, por meio de alterações nas imagens e nas instituições.
- (E) mudam quando o equilíbrio é alterado por mudanças incrementais nas imagens e nas instituições.

55. *Top-down* e *bottom-up* são modelos para

- (A) estudar a implementação das políticas públicas.
- (B) implementar políticas públicas.
- (C) avaliar políticas públicas.
- (D) analisar os resultados de políticas públicas.
- (E) estudar a formulação das políticas públicas.

56. O modelo burocrático weberiano baseia-se em

- (A) profissionalismo, legalidade e discricionariedade.
- (B) legalidade, profissionalismo e eficácia.
- (C) estabilidade, legalidade e impessoalidade.
- (D) impessoalidade, legalidade e profissionalismo.
- (E) hierarquia, legalidade e discricionariedade.

57. O papel da burocracia na formulação das políticas públicas, conforme modelos de análise contemporâneos, é
- (A) inexistente, pois a burocracia apenas implementa as políticas públicas.
 - (B) compartilhado entre funcionários de alto e baixo escalão que formulam e implementam políticas públicas.
 - (C) restrito aos funcionários de alto e baixo escalão que formulam e implementam políticas públicas.
 - (D) inexistente, pois os burocratas preponderantemente implementam as políticas públicas.
 - (E) restrito aos funcionários que ocupam as posições mais altas na hierarquia e participam das arenas de decisão política.
58. O transporte público na cidade de São Paulo representa uma política pública
- (A) empreendedora.
 - (B) redistributiva.
 - (C) distributiva.
 - (D) majoritária.
 - (E) regulatória.
59. Entre as políticas municipais da cidade de São Paulo apresentadas a seguir, o modelo de triângulos de ferro é a abordagem mais adequada para explicar a(s)
- (A) política de uso e ocupação do solo.
 - (B) políticas afirmativas.
 - (C) política habitacional.
 - (D) política educacional.
 - (E) política de segurança urbana.
60. Sobre os conselhos de saúde, é correto afirmar que:
- (A) têm função fiscalizadora e contam apenas com representantes dos usuários, dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde; os representantes dos usuários têm voto qualificado.
 - (B) têm função deliberativa e contam apenas com representantes dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde; o poder de voto é igual entre todos os membros.
 - (C) têm função consultiva e contam apenas com representantes dos usuários, dos gestores e dos profissionais de saúde; representantes dos usuários têm voto qualificado.
 - (D) têm função deliberativa e contam apenas com representantes dos usuários, dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde; o poder de voto é igual entre todos os membros.
 - (E) têm função consultiva e contam apenas com representantes dos prestadores de serviços, dos gestores e dos profissionais de saúde; os representantes dos profissionais de saúde têm voto qualificado.
61. São estratégias ou políticas que fazem parte da atenção básica em saúde:
- (A) Sistema de Atendimento Móvel de Urgência e Unidade Básica de Saúde.
 - (B) Unidade Básica de Saúde e Saúde da Família.
 - (C) Política Nacional de Atenção às Urgências e Saúde da Família.
 - (D) Unidade de Pronto Atendimento e Atenção Hospitalar.
 - (E) Unidade de Pronto Atendimento e Saúde da Família.
62. São serviços de proteção especial de média e alta complexidade, respectivamente, o
- (A) Serviço de Acolhimento Institucional; e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
 - (B) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
 - (C) Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e o Serviço de Acolhimento em República.
 - (D) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; e o Serviço Especializado em Abordagem Social.
 - (E) Serviço de Acolhimento Institucional; e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
63. É um exemplo de avaliação, conforme o conceito de eficiência, a
- (A) proporção entre quantidade de ônibus e de carros circulando nas ruas.
 - (B) quantidade de vagas reservadas para cotas sobre o total de vagas disponíveis.
 - (C) proporção entre número de médicos e quantidade de leitos hospitalares.
 - (D) relação entre número de leitos hospitalares e quantidade de remédios utilizados.
 - (E) relação entre número de professores e número de alunos.

64. Os Eixos do Programa de Metas da cidade de São Paulo são:
- (A) Desenvolvimento econômico igualitário; Gestão participativa e transparente; e Promoção da saúde e da educação com foco na qualidade de vida do cidadão.
 - (B) Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades; Compromisso com direitos sociais e civis; e Gestão descentralizada, participativa e transparente.
 - (C) Direito à Educação; Direito à Saúde; Qualidade do Transporte; e Promoção do Emprego.
 - (D) Melhoria da qualidade da gestão pública; Compromisso com direito igualitário à educação e saúde; e Desenvolvimento econômico e social sustentável.
 - (E) Inclusão social e econômica sustentável e com igualdade de direitos; Promoção da qualidade da gestão pública; e Gestão participativa e transparente.
65. Os indicadores do Programa de Metas da cidade de São Paulo são:
- (A) de resultado esperado e de resultado alcançado.
 - (B) de resultado, de processo e de eficiência.
 - (C) de resultado, de acompanhamento e de eficiência.
 - (D) de resultado esperado e de acompanhamento.
 - (E) de resultado alcançado e de processo.
66. Os níveis de ensino ofertados pela Prefeitura da Cidade de São Paulo são:
- (A) apenas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.
 - (B) Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
 - (C) apenas Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.
 - (D) Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior.
 - (E) apenas Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
67. É um exemplo de avaliação, conforme o conceito de eficácia, a
- (A) construção de número de creches previsto no planejamento.
 - (B) abertura de novas vagas no Ensino de Jovens e Adultos.
 - (C) expansão percentual da rede de ciclovias.
 - (D) redução do número de acidentes de trânsito.
 - (E) quantidade de procedimentos em relação ao número de médicos.
68. A Incidência da Pobreza na cidade de São Paulo é da ordem de 28% (IBGE), portanto a quantidade de população pobre na cidade está entre
- (A) 2 e 3,5 milhões de pessoas.
 - (B) 8 e 10 milhões de pessoas.
 - (C) 4 e 5,5 milhões de pessoas.
 - (D) 1 e 1,5 milhão de pessoas.
 - (E) 6 e 7,5 milhões de pessoas.
69. Uma atividade que depende da estratégia de transversalidade é
- (A) o aumento da coleta seletiva de lixo.
 - (B) a redução de homicídios entre jovens.
 - (C) o aumento da proficiência em linguagem.
 - (D) a redução da transmissão de dengue.
 - (E) a redução do percentual de acidentes de trânsito.
70. O Fundeb é o fundo de
- (A) natureza contábil e de âmbito estadual.
 - (B) natureza contábil e de âmbito municipal e estadual.
 - (C) transferência obrigatória e de âmbito municipal.
 - (D) natureza orçamentária e de âmbito municipal.
 - (E) natureza orçamentária e de âmbito estadual.

